

## POLIVALENTES, GENERALISTAS E TOLERANTES: FORMANDO PROFESSORES NA LÓGICA INCLUSIVA

Márcia Lise **Lunardi-Lazzarin** - UFSM

Fernanda de Camargo **Machado** - UFSM

Agência Financiadora: CAPES

Na contemporaneidade, as questões da diferença ocupam o palco. Muito se fala sobre diferença, diversidade, inclusão, sobretudo no campo educacional. Com isso, somos convidados, conclamados, convocados a pensar essas questões nos processos de formação de professores, seja por preocupação, curiosidade ou exigência da atual racionalidade política.

Diante desse panorama, o presente trabalho propõe-se a problematizar os enunciados da inclusão no campo da formação de professores, aqui tomada como dispositivo de governamentalidade dos sujeitos-docentes. Para entender a formação docente como um dispositivo de governamentalidade, utilizou-se um conjunto de ferramentas extraídas do campo dos Estudos Foucaultianos em Educação, principalmente aquelas que estão próximas de uma perspectiva pós-estruturalista. Em outras palavras, pretende-se discutir os efeitos de verdade dos discursos da formação docente nas/das políticas de inclusão e seus efeitos na constituição e controle dos professores.

Para fazer esse empreendimento analítico, tomou-se como materialidade a política de formação de professores no contexto da inclusão proposta pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação<sup>1</sup>, que vem se constituindo como um emblema das plataformas governamentais no nosso país. Por conta disso, intenta-se debater a produtividade dessas práticas, relacionando-as com a lógica de funcionamento da engrenagem neoliberal.

Nesta investigação, atrela-se a atual política brasileira de formação de professores para a inclusão a um dispositivo de governamentalidade neoliberal, tendo em vista que, na conjuntura atual, a formação docente vem responder estrategicamente a uma urgência histórica precisa, qual seja, produzir professores interessantes a essa racionalidade. Tal racionalidade posiciona o

---

<sup>1</sup> O *corpus* empírico desta pesquisa foi o Material de Formação Docente do *Projeto Educar na Diversidade*. Trata-se de um projeto-piloto do MEC/SEESP baseado em iniciativa similar realizada no MERCOSUL. No Brasil, teve início em julho de 2005, estendendo-se até dezembro do ano seguinte. Compõe-se de 266 páginas, organizadas em quatro módulos, que se constituem em oficinas de formação docente: Módulo 1 – Educar na Diversidade; Módulo 2 – O Enfoque da Educação Inclusiva; Módulo 3 – Construindo Escolas para a Diversidade; Módulo 4 – Aulas Inclusivas (Brasil, 2005). Tal projeto é um dos carros-chefe na política de formação de professores para a inclusão, tendo lançado as pistas que posteriormente viabilizariam a produção de uma grande leva de materiais específicos destinados aos professores.

discurso inclusivo como uma viga mestra da política educacional brasileira e no projeto econômico global. Tal necessidade evidencia-se no trecho a seguir, escrito pela então Secretária de Educação Especial da SEESP, Claudia Pereira Dutra:

No novo panorama educacional, a formação docente para a inclusão constitui um dos maiores desafios para construir sistemas educacionais inclusivos que constituem o meio mais eficaz para combater a exclusão educacional e promover a inclusão social de todo(as) (BRASIL, 2005, S/p).

Discutir a formação profissional, em qualquer nível, implica necessariamente desnaturalizar significados, discursos, representações culturais. Em especial, os processos de formação de educadores não podem ser entendidos fora da negociação cotidiana que se estabelece no terreno cultural. Daí o entendimento de que a formação docente, ao privilegiar saberes, não pode ser compreendida fora dos sistemas de poder. Como em toda parte, na formação de professores, há discursos implicados e, por consequência, fabricação de subjetividades.

É importante salientar que o conceito “governamentalidade” é uma ferramenta analítica proposta nas teorizações foucaultianas para descrever e analisar a disposição dos mecanismos de governo<sup>2</sup> como condução das condutas nos estados de gestão governamental. Trata-se do

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2006, p. 291-292).

Nessa linha, passa-se a discorrer sobre como os pilares modernos vêm entrando em erosão e sobre suas conexões com os processos de formação docente para a educação inclusiva na contemporaneidade. Dessa forma, intenta-se mostrar como as malhas discursivas que constituem o professor para a diversidade estão vinculadas a estratégias de governo atreladas ao regime neoliberal em tempos pós-modernos.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, segue-se Veiga-Neto (2002), que propõe a retomada do uso do termo “governo”, em português, em lugar de “governo”, para diferenciar o “ato de governar” da “instituição ou instância governamental”.

## **Crise da modernidade e formação docente para a inclusão**

Para entender alguns desdobramentos da formação de professores no campo da educação inclusiva na contemporaneidade, torna-se pertinente tratar, de forma sucinta, das transformações operadas pela chamada crise da modernidade. Com isso, aventa-se discutir como essa tensão atravessa os processos formativos, subjetivando de formas específicas os professores.

Veiga-Neto (2008) explica que a crise sempre rondou as estruturas da modernidade, mas atualmente ela está ruindo, de forma cada vez mais incisiva, os alicerces dessa edificação. Nessa perspectiva, o autor ajuda-nos a compreender que a paisagem pós-moderna está experienciando como nunca uma transição do plano da transcendência – que faz parte do ideal civilizatório moderno – para o plano da imanência. Diz ele:

A combinação entre liquefação e aceleração e, além disso, a aceleração da própria liquefação estão implicadas na grande crise da modernidade. É a liquefação que está na raiz do fenômeno tipicamente pós-moderno denominado dissolução, borramento ou *apagamento das fronteiras*: os líquidos não têm fronteiras ou limites próprios, mas se amoldam ao lugar ou às condições em que se encontram. [...] Palavras como essas – *liquefação, aceleração, apagamento de fronteiras, flexibilidade, volatilidade* –, tão comuns nos discursos contemporâneos, apontam para a irreversível impermanência e instabilidade do mundo pós-moderno e para o fim do mito do sujeito moderno como uma singularidade estável e indivisível (VEIGA-NETO, 2008, p. 45-46).

Também Bauman (1998) analisa de que forma o panorama contemporâneo vem se constituindo como um espaço/tempo de fronteiras esmaecidas que deslizam dos limites estabelecidos pelo pensamento iluminista. As metanarrativas, os conceitos globalizantes, as identidades fixas parecem estar derretendo – e isso nos assusta na mesma proporção do (já previamente calculado) risco do derretimento das geleiras dos polos, visto que a fluidez dos líquidos não respeita contornos, podendo nos atingir a qualquer momento.

Nesse sentido, a crise da modernidade possibilita a transferência de ênfase da disciplina – principal operadora do governo da sociedade, no projeto liberal moderno, durante o século XVIII e XIX – para o controle como articulador do governo do sujeito em tempos pós-modernos, na esteira do neoliberalismo, a partir do século XX. Tal processo congrega e ressalta um contínuo autogoverno, já que a produção de um sujeito gerente de si mesmo é uma das roldanas que movimentam o Estado neoliberal e maximizam a governamentalidade. Isso porque o autogoverno exige um mínimo investimento de poder estatal (Veiga-Neto, 2000).

A partir de uma análise de acento pós-estruturalista, é possível dizer que, no campo da formação de professores, esse deslocamento pode ser observado na disseminação de outros regimes de inteligibilidade e de enunciação sobre o professor e seu trabalho. Em outras palavras, há uma ênfase em discussões que ressaltam o caráter desassossegado, transitório, incompleto e autogerenciável desse profissional, tais como: mal-estar docente (Esteve, 1991), histórias de vida do professor (Nóvoa, 1991), professor reflexivo (Shön, 2000; Zeichner, 1993), saberes docentes (Tardif, 2002), profissionalidade (Sacristán, 1991), competências (Perrenoud, 2000). Ademais, proliferam, nos currículos das instituições de formação de professores, significados como descentralização, reflexão, gestão democrática, autonomia, que “produzem resultados, de modo que cada um pense que é livre para fazer suas escolhas” (VEIGA-NETO, 2000, p. 1999).

Nesse contexto, é possível dizer que o não estar pronto, a autoformação, a formação continuada são questões produzidas e produtoras deste tempo em que o inacabamento, a efemeridade, a flexibilidade são discursos que cruzam as identidades pós-modernas (Hall, 2000). Os próprios espaços de formação acadêmica estão se desterritorializando. O espectro social, marcado por outras configurações de tempo, articuladas, entre outras coisas, à recorrência de enunciados sobre a democratização do ensino e à constante necessidade de atualização profissional no mundo globalizado, tornou possível a composição de um cenário para a disseminação da formação na modalidade a distância, por exemplo (Saraiva, 2006).

Em outras palavras, na contemporaneidade, inventam-se outras verdades, outros sujeitos, outros professores – atravessados por identidades abertas, inclusive com facetas virtuais. Pensa-se que não é fértil discutir se tais verdades são plausíveis ou apropriadas, mas sim como emergem e se vinculam a determinadas formas de governar.

É por isso que, nesta pesquisa, se torna relevante situar as permanências e deslocamentos da educação escolarizada no contexto do neoliberalismo. Nessa lógica, estar na arena global é um direito e praticamente um dever. Ousamos dizer que estamos aqui diante de uma das verdades contemporâneas que atravessam o campo da educação. Uma metanarrativa estratégica, que viabiliza a chamada sociedade de controle. A esse respeito, Fonseca (2006, p. 160) explica que:

Segundo Foucault, na racionalidade política da arte de governar neoliberal, em especial em sua versão americana, trata-se de generalizar a forma política do mercado para todo o corpo social, de modo que esta – a economia de mercado – funcionará como um princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais. [...] Enquanto no liberalismo clássico pedia-se ao governo para respeitar a forma de mercado,

no neoliberalismo, [...] o mercado torna-se um “tribunal econômico permanente” perante as políticas governamentais.

Então, na engrenagem neoliberal, todos são importantes no sentido de que ninguém pode ficar de fora de sua malha de regulação. Diante disso, questiona-se: que lugar a educação inclusiva e os profissionais legitimados a exercer a função docente ocupam nesse novo cenário?

Costa (2008) ajuda-nos a compreender que, nas últimas duas ou três décadas, se construiu um tablado para as diferenças, o que as coloca numa posição privilegiada para o nosso olhar. Configura-se, assim,

uma proliferação da diferença, algo que resulta do escrutínio minucioso com vistas ao esquadramento. [...] O refinamento das pedagogias, com seus cada vez mais minuciosos escrutínios e cartografias, ao mesmo tempo em que tem invocado e providenciado uma legislação que acolhe a diferença em processos inclusivos na escola, tem também visibilizado um numeroso conjunto de “outros”. Como a diferença não é uma marca no sujeito, mas algo que se constitui nas formas de “olhar”, o aprimoramento das técnicas de ver, das lentes dos especialistas e a proliferação de óticas possibilitadas pela sociedade da mídia e do espetáculo vêm permitindo apreciar um sempre crescente contingente de “outros”, antes invisíveis (COSTA, 2008, p. 494-495).

Compreendendo que a instituição da mesmidade e da outridade não é algo natural, e sim um processo historicamente construído nas topografias de poder, pode-se vislumbrar o papel central dos enredos discursivos que cruzam a formação docente, visto que moldam práticas de ensino imbricadas nas possibilidades de significação da cultura. Assim, nestes tempos em que muitos outros estão, como nunca estiveram, na vitrine – entre eles, os alunos com necessidades educacionais especiais –, cabe discutir como nós, professores, estamos sendo subjetivados por outras formas de poder/saber nas sociedades de gestão governamental neoliberal. Essas formas e seus efeitos de sentidos no campo da formação de professores para a educação inclusiva são a tônica deste estudo. Tomam-se aqui os discursos sobre os saberes concebidos como necessários para os professores nos enredos da diversidade como inventos contemporâneos que produzem e governam a formação docente em tempos de neoliberalismo e fluidez.

Almeja-se, assim, focar o olhar na política de formação docente posta em marcha pelo discurso da inclusão, tendo em vista sua recorrência no cenário educacional brasileiro. Nessa direção, passa-se à analítica, destacando-se algumas questões de governamentalidade nos

materiais de formação de professores para a inclusão e os efeitos dessas estratégias na constituição e controle dos sujeitos-docentes.

### **Conhecer todos e cada um dos alunos: formando professores polivalentes**

Ao problematizar o dispositivo da formação de professores no contexto inclusivo atuando na esfera do governo dos outros como uma tecnologia política, este estudo procura descrever e analisar como o docente vai sendo constituído como alvo e agente da racionalidade neoliberal. Em outras palavras, trata-se de mostrar como funcionam as estratégias de governamento investidas sobre o professor e deste sobre os alunos com necessidades educacionais especiais no contexto inclusivo a partir da formação docente.

Na análise das publicações destinadas a formar professores para o trabalho educacional na diversidade, nota-se a recorrência da necessidade de produzir um determinado tipo de docente, e aqui parece adequado falar em um professor polivalente<sup>3</sup>. Isso porque os materiais destacam que atuar em uma escola inclusiva é, por excelência, trabalhar com uma gama infindável de outros – alunos com necessidades especiais, com diversidade de gênero, provenientes de minorias linguísticas, etc. Em um contexto em que nenhum estudante pode ficar de fora, cabe ao professor conhecer e educar “todos e cada um”.

Como exemplo, cita-se o próprio formato dos materiais de formação. O Projeto *Educar na Diversidade* organiza-se sob a premissa de aulas e escolas inclusivas, em que todos são respeitados em suas diferenças, independentemente de quais sejam.

O Projeto ajuda os professore(a)s a entenderem, desenvolverem e usarem estratégias de ensino diferenciadas quando trabalhando com conteúdos curriculares e os prepara para:

- conhecer cada estudante individualmente (suas necessidades, habilidades, interesses, experiências passadas, etc.),
- identificar necessidades de aprendizagem específicas de cada estudante,
- planejar as aulas através da utilização de uma didática e de gestão do tempo que permite que todos os educandos participem efetivamente da aula,
- identificar as necessidades educacionais dos estudantes (BRASIL, 2005, p. 26).

---

<sup>3</sup> No contexto deste estudo, o professor polivalente é usado no sentido de professor generalista, pois, nessa racionalidade política, trata-se de um professor que está em constante preparação para “incluir todos os alunos”.

Nesse registro, a política brasileira de formação de professores para a inclusão parece efetuar uma retomada daquilo que Foucault chama de práticas pastorais, em que o professor é o pastor de um grande e variado rebanho na lógica da governamentalidade neoliberal. O docente conhece, observa e guia seus alunos em direção a um futuro melhor, em que haja participação democrática de todos numa sociedade mais educada e, com isso, mais feliz.

Pode-se analisar tal formação como uma medida biopolítica de prevenção do risco, qual seja, o risco de o professor eventualmente deparar-se com tal gama de alunos e não saber como conduzi-los adequadamente. Dada a contínua proliferação do alunado que passa ou pode vir a ser parte da sala de aula da escola comum (surdos, cegos, surdocegos, superdotados, disléxicos, hiperativos, cadeirantes...), o sujeito-docente constitui-se como alvo de uma ininterrupta captura pelas redes de poder/saber movimentadas pelos processos de formação. Uma estratégia profilática que alia liberdade e segurança, conforme se evidencia no trecho a seguir:

Ensinar constitui a atividade principal na profissão docente e por isso deve ser compreendida como uma ‘arte’ que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para resolver novas situações ou problemas emergentes no dia a dia da escola e da sala de aula. Considerar o docente como “eterno aprendiz” é um dos princípios que orientaram a elaboração deste material de formação (BRASIL, 2005, p. 22).

Nesse caso, é relevante destacar que a governamentalidade acionada na materialidade não opera uma dominação violenta, repressora ou coercitiva. Ao contrário, trata-se aqui de uma dominação sutil e, mais que isso, de uma dominação consentida por aqueles que sofrem sua ação, como neste caso, da formação de professores. Os investimentos de poder efetuados pelos processos de formação docente são aclamados pelos próprios professores, tidos como extremamente necessários, como motores para uma boa ação pedagógica e, com isso, para a concretização de uma sociedade mais próspera. Nessa linha, Foucault (apud PONGRATZ, 2008, p. 28) reitera que “quem está sujeito a um campo de visibilidade, e sabe disso, assume a responsabilidade pelas restrições de poder; ele as faz agir espontaneamente sobre si mesmo”.

Na mecânica inclusiva, que tem na diversidade uma das suas justificativas, a formação de professores segue a premissa global de abertura das fronteiras, permitindo e aconselhando uma espécie de formação turística pelo território desses outros alunos que agora ganham a vitrine. Numa sociedade marcada pela rapidez da informação, parece que também os processos

formativos precisam ser mais e mais informativos. Daí a urgência histórica de produzir um professor polivalente, que passeia, fotografa, anota o máximo de informações sobre os lugares de todos e de cada um. E quanto mais lugares, melhor. Por isso é imperiosa a fabricação de um docente flexível e constantemente em formação. Tal dinâmica viabiliza e movimenta a esteira da diversidade.

Com Bhabha (1998), entende-se que a diversidade é tomada pelo discurso neoliberal para naturalizar os processos de in/exclusão das diferenças. A diversidade, no registro do neoliberalismo, justifica-se no entendimento de que os seres humanos seriam naturalmente diferentes e cada uma dessas diferenças misturadas comporia um rico mosaico. A harmonia desse mosaico se tornaria possível pela aceitação das diferenças. Nessa lógica, portanto, a tolerância parece ser uma das principais ferramentas tecnológicas que sustentam a metanarrativa da diversidade, como se visualiza no excerto a seguir:

A formação de novos valores deve partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente. A igualdade não é o “normal”: todos somos diferentes. Há necessidade de se ver a pessoa como um todo, respeitar suas diferenças e utilizá-las para a construção de uma sociedade na qual o somatório das diferenças resulte na construção de um todo mais harmonioso e feliz. Assim sendo, todos têm a contribuir uns com os outros para a construção de um novo homem (BRASIL, 2006b, p. 12).

Nesse recorte, fica visível o quanto a noção de diversidade parece ser uma importante estratégia de governmentação, tomada pelo regime neoliberal pastoral de forma a aumentar as forças produtivas do Estado, já que a união de cada um em sua diferença é narrada como o caminho para a felicidade coletiva, em que todos aprendem a conviver pacífica e ordenadamente. Todos são parceiros do Estado.

Com isso, é possível verificar as sanções e interdições do discurso inclusivo no campo da educação, em que tal discurso é posicionado como uma verdade, ganhando um estatuto politicamente correto. Parece aqui se constituir um circuito interconectado entre diversidade, inclusão e tolerância. Circuito este que vem movendo também os processos de formação de professores no Brasil, já que tais emblemas não interessam mais somente ao campo da educação especial, mas a todas as áreas e níveis de ensino. Todos os professores são convidados a passear por essa rica e exótica miscelânea.

Para Bhabha (1998), a diversidade, entendida como variedade e aspecto de igualdade, mascara as diferenças culturais, abortando uma importante peça da discussão, que são as relações



de poder conectadas à construção e posição cultural das diferenças. Nessa perspectiva, a diversidade é uma tática de governamento que, ao dar visibilidade a todos, opera uma normalização pela inclusão. Assim, o discurso neoliberal ganha força na paleta de cores glorificada pelo multiculturalismo, em que variadas tonalidades se misturam e acabam resultando numa cor só. É nesse eixo que se pode entender a formação de professores para atender às demandas da diversidade como um dispositivo de governamentalidade neoliberal que totaliza e individualiza, que mira todos e cada um, tendo no sujeito-docente um agente legitimado.

[...] numa perspectiva foucaultiana, o neoliberalismo não representa a vitória liberal do horror ao Estado. Ao contrário do que muitos têm dito – aí incluídos economistas, políticos, sociólogos e a mídia –, não há nem mesmo um retrocesso do Estado, uma diminuição do seu papel. O que está ocorrendo é uma reinscrição de técnicas e formas de saberes, competências, *expertises*, que são manejados por “expertos” e que são úteis tanto para a expansão das formas mais avançadas do capitalismo, quanto para o governo do Estado. Tal reinscrição consiste no deslocamento e na sutílização de técnicas de governo que visam fazer com que o Estado siga a lógica da empresa, pois transformar o Estado numa grande empresa é muito mais econômico – rápido, fácil, produtivo, lucrativo (VEIGA-NETO, 2000, p. 198).

Assim, formar um professor polivalente é também mais econômico, sendo um estratagema alinhado aos objetivos das sociedades de gestão governamental. Mas sua produtividade ocorre na medida em que esse professor se deixe submeter livremente a tais investimentos de poder. Em outras palavras, na medida em que o docente e também os alunos se preocupem com a inclusão, se comprometam, compartilhem essa tarefa com o Estado, participem, se engajem, visto que

oferecer uma educação que assegure participação e aprendizagem de qualidade para todos os alunos não apenas exige o desenvolvimento da escola como um todo, mas é imprescindível que o processo de melhoria da escola se traduza em mudanças concretas na maneira de conduzir o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula. Sem dúvida, a sala de aula e os processos educacionais que envolvem docente – e estudantes – constituem o contexto que explica em grande parte o êxito ou o fracasso acadêmico dos educandos. Portanto, sem dúvida alguma, o resultado educacional é o que definitivamente expressa a qualidade da educação e a capacidade que a escola tem (ou não) de potencializar ao máximo a aprendizagem *de todos e de cada um*<sup>4</sup> dos aluno(a)s (BRASIL, 2005, p. 65).

Nessa engrenagem, além de reunir muitos álbuns de viagem recheados de informações sobre os ininterruptos *tours* a territórios desses outros que hoje interessam à escola, é preciso que

---

<sup>4</sup> Grifo do autor.

o professor em formação dedique atenção especial a cada álbum, a cada categoria da diversidade. Trata-se de uma espécie de agregação da polivalência à *expertise*, já que não basta guiar todos. É mais útil e eficaz para a racionalidade neoliberal conhecer cada aluno em particular.

Com isso, é relevante destacar que, nesse jogo, embora uma formação polivalente pareça ser uma tendência contemporânea interessante à demanda neoliberal, a vigilância operada pela *expertise* continua sendo uma forte aliada na ingerência dos sujeitos da diversidade. Dito de outra forma, a sociedade de controle ainda aciona procedimentos disciplinares para dar conta da individualização, que também é imperiosa para a manutenção da racionalidade inclusiva.

Assim, os materiais de formação docente para a inclusão têm nos professores agentes e alvos de controle neoliberal, visto que operam práticas governamentais tanto na esfera biopolítica<sup>5</sup> - a partir de uma formação polivalente - quanto na esfera anátomo-política<sup>6</sup> - que solicita desse profissional conhecimentos específicos. Nesta perspectiva de análise, “conhecer todos e cada um dos alunos” é uma estratégia contemporânea movimentada pelo dispositivo da formação docente para a inclusão com o intuito de manter e sustentar a racionalidade política neoliberal.

### **Formar, incluir, governar**

A formação de professores no contexto inclusivo constitui-se como um dispositivo de controle dos sujeitos-docentes, sendo produto e produtora de uma racionalidade política. Em outras palavras, atende às demandas da governamentalidade neoliberal, operando o governo dos outros, tendo na tolerância um dos seus principais articuladores. Tal tática tem no professor um agente e um alvo, já que o sujeito docente vai sendo constituído numa prática discursiva inclusiva, que encontra na formação polivalente uma importante estratégia de governo. Nesse registro, é preciso conhecer para se aperfeiçoar, sendo recomendada uma contínua busca pelo aperfeiçoamento. Tal premissa parece ser muito útil às finalidades do Estado neoliberal, pois sujeitos inacabados e flexíveis são produtores e consumidores em potencial.

---

<sup>5</sup> Poder totalizante, investido sobre a vida coletiva para maximizar seu potencial produtivo. Nesse caso, todo o contingente educacional da diversidade.

<sup>6</sup> Poder individualizante que focaliza o detalhe dos corpos individuais. Nesse contexto, cada um dos alunos que é posicionado como uma categoria da diversidade.

É nesse contexto que a ideia da diversidade aparece como condição de possibilidade para a emergência do professor polivalente, constituindo-se como um regime de verdade para os processos de formação docente. Dessa forma, sentimentos de respeito, de solidariedade e de tolerância para com o outro, recorrências nos materiais destinados à formação, são travestidos pelo senso comum trivialmente otimista e progressista. É nesse sentido que os discursos educacionais, ao chamarem professores para aceitar e respeitar o diferente, colocam-nos diante de um mecanismo que, sob o rótulo de tolerância, nada mais faz que reafirmar a inferioridade do outro. Não é difícil pensar o quanto esses discursos se constituem em estratégias de governamentalidade neoliberal.

Ao explicar o movimento da formação docente na lógica inclusiva como dispositivo que produz e governa o professor, este estudo pretende contribuir para o entendimento de como os conjuntos discursivos que cruzam essa política de formação de professores geram significados e interpretações que demarcam o *status* profissional dos sujeitos docentes, relacionando a funcionalidade desse jogo com o projeto econômico global. Assim, o potencial desta análise reside na tentativa de contribuir para a invenção de outros lugares, outros questionamentos na complexa cena pós-moderna em que se inscrevem os processos de formação docente no contexto da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. **Educar na diversidade**: material de formação docente / Cynthia Duk.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 266p.

COSTA, Marisa Vorraber. **Currículo e pedagogia em tempos de proliferação da diferença**. Anais do XIV ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Trajetórias e Processos de Ensinar e Aprender: lugares, memórias e culturas. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 490-503.

ESTEVE, José. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António. (Org.) **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

FONSECA, Márcio Alves. **Para pensar o público e o privado**. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo. Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 155-156.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991. p. 9-32.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PONGRATZ, Ludwig. Liberdade e disciplina: transformações na punição pedagógica In: PETERS, Michael; BESLEY, Tina. **Por que Foucault?** Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 40-53.

SACRISTÁN, José Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.) **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991. p. 61-92.

SARAIVA, karla. O ciberespaço como um empíreo educacional. In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.) **Educação e cultura contemporânea**: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: ed. Ulbra, 2006. p. 93-106.

SHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

\_\_\_\_\_. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

\_\_\_\_\_. **Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle**. Anais do XIV ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Trajetórias e Processos de Ensinar e Aprender: lugares, memórias e culturas. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 35-58.

ZEICHNER, Kenneth. **A formação reflexiva de professores**: idéias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.